

RESENHA

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. Semântica (Série Princípios, 8.) São Paulo, Ática, 1985. Pp. 96.

Resenhado por: Lucia Maria Pinheiro Lobato
(Universidade de Brasília)

Nesta obra, Ilari & Geraldi colocaram-se objetivos e propósitos muito bem delineados: escrever uma introdução à semântica que nada pressupusesse "além de sensibilidade para os fatos de língua" (p. 6), de modo a (1) dar "uma visão abrangente dos fatos de que as várias correntes semânticas têm tratado" (p. 84) "ao longo dos últimos cem anos" (p. 6), mas sem tecnicismo ou conceituações abstratas, uma vez que o tratamento abstrato dessas questões deve corresponder a uma etapa posterior à da sua compreensão intuitiva (p. 6); a (2) evidenciar a necessidade do uso de esquemas abstratos subjacentes aos fatos analisados (pp. 28, 40), e a (3) mostrar "a existência de orientações distintas e a dispersão próprias da disciplina semântica" (p. 6), salientando que cada corrente semântica representa um diferente compromisso teórico, o que significa que a cada uma corresponde uma metodologia própria e uma diferente visão do que seja o campo da semântica (pp. 84-5).

A obra se divide em oito capítulos. O Capítulo 1 é na verdade uma introdução ao livro, o Capítulo 6 é a conclusão, e os Capítulos 7 e 8 são, respectivamente, o vocabulário crítico

tico e a bibliografia comentada. Portanto, o conteúdo propriamente dito está distribuído nos Capítulos 2 a 5. No Capítulo 2, a análise da relação sujeito-predicado é base para um confronto entre o pensamento das gramáticas gerais dos séculos XVII e XVIII, da semântica fregeana e da semântica cognitiva de Fillmore: os gramáticos gerais viam a relação sujeito-predicado como uma operação lógica de formulação de juízos, sendo as orações com verbo de ligação, do tipo "sujeito-verbo de ligação-atributo", as orações que traduziriam por excelência a estrutura dos juízos elaborados pelo pensamento humano¹ — o sujeito é o termo "que exprime a pessoa ou coisa, da qual se diz e enuncia alguma coisa"², o atributo é o termo "que exprime a coisa que se enuncia"² e o verbo é o termo "que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra."² —, ao passo que a lógica fregeana analisa cada oração em um predicado e seus argumentos, sendo o predicado a palavra (ou grupo de palavras) que, na oração, é usada em combinação com uma ou mais expressões nominais (os argumentos) a fim de dar alguma informação acerca do indivíduo a que o nome se refere; isto é, a fim de atribuir-lhe alguma propriedade (em "João deu o livro ao Pedro", *deu* é o predicado e *João, o livro e o Pedro* seus argumentos; em "Pedro é filho de João", o predicado é *filho de* e seus argumentos são *Pedro e João*; em "Pedro é português", *português* é o predicado, e *Pedro* é seu argumento), o que significa que nessa ótica uma oração é o resultado de um dado preenchimento das posições nominais associadas a um predicado; e a semântica fillmoriana, por sua vez, partindo ainda de outro prisma, vê a oração como um esquema semântico, composto de

um predicado e seus argumentos, a cada argumento correspondendo um determinado papel semântico (ou relação semântica), de modo que a construção de uma oração é na verdade um modo de reelaboração de uma experiência em forma de "pequenas cenas" integradas por um processo, pelos participantes e pelas circunstâncias. Além de apresentar brevemente a essência das três abordagens, os autores chegam a uma conclusão, que é a "moral" do Capítulo: em qualquer perspectiva, a análise da relação sujeito-predicado exige que se vá além dos dados superficiais para alcançar os esquemas abstratos subjacentes aos mesmos. Mas, a outra "moral", que o leitor deve concluir, é que o esquema a que se chega é dependente do ponto de vista de que se parte.

No Capítulo 3, por meio do exame da negação e do advérbio, é apresentada intuitivamente a noção de escopo (âmbito de um operador lógico), que as análises semânticas procuram captar em termos de quantificação lógica. O capítulo se atém então a explicar as diferentes interpretações de frases ambíguas em virtude do âmbito restrito ou amplo de negação e do advérbio sem chegar a analisá-las em termos quantitativos. Isto é, trata-se somente de explicar a ambigüidade de frases como "Todos os senadores não são favoráveis à nova lei" em termos da noção de escopo: numa interpretação, a negação incide sobre "todos os senadores" e, na outra, incide sobre "são favoráveis à nova lei". Além disso, o capítulo apresenta a distinção entre advérbios direcionados para o falante e advérbios direcionados para a frase. E, de novo, chega-se à mesma "moral": para explicar o âmbito da negação e do advérbio é preciso fazer apelo a esquemas

abstratos.

No Capítulo 4 são tratadas com relativo detalhe as relações semânticas, quer entre itens lexicais quer entre sentenças: sinonímia e paráfrase, hipoⁿímia e acarretamento, antoⁿímia e contradição, polissemia e ambigüidade, e pressuposição.

Finalmente, o Capítulo 5 é dedicado a fatos pragmáticos: a dêixis, o significado interpessoal (atos de fala e implicatura conversacional) e os fenômenos escalares (uso de recursos lingüísticos que permitem ao locutor argumentar a favor de certo fato e não outro).

São de se louvar, de um lado, o trabalho de estruturação da obra, com uma lógica interna que torna admirável a concatenação dos capítulos e das seções dentro dos capítulos, e, de outro lado, a apresentação lúcida e sucinta de tantos problemas às vezes tão complexos que merecem cada um uma obra à parte.

E quanto aos objetivos e propósitos a que se propuseram os autores? Sem dúvida, conseguiram eles alcançar seus três propósitos (que não estão apresentados sistematicamente na obra, mas podem ser extraídos de diferentes afirmações em diferentes pontos do livro). De um lado, os fatos semânticos apresentados exemplificam preocupações semânticas de diferentes correntes, desde o século XVII (e não somente nos últimos cem anos). Assim, encontram-se expostas as preocupações semânticas dominantes nos estudos dos gramáticos gerais dos séculos XVII e XVIII (representados em língua portuguesa na *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* de Jeronymo Soares Barbosa), na lógica fregeana, na teoria cognitiva de Fillmore, na semântica argumentativa de Ducrot, na semântica formal e na pragmática. E, como

quiseram os autores, esses fatos são apresentados como problemas, sem qualquer tentativa de solução técnica ou formal. De outro lado, conseguiram evidenciar, em diferentes pontos da obra e de modo muito inteligente, a necessidade de uso de esquemas abstratos para explicar os dados em análise. Além disso, ficou claro que não existe uma semântica una, como um corpo de doutrinas, sendo a semântica, antes, um conjunto variado de correntes, cada uma só sendo capaz de explicar parte dos dados da língua.

O que me pergunto é se conseguiram alcançar seu objetivo de escrever uma introdução à semântica que nada presupusesse além de sensibilidade lingüística. A reação dos leitores não lingüistas é de perplexidade diante da obra. Afinal, ficam sem compreender inúmeras passagens. Por exemplo, se para o conhecedor dos diferentes posicionamentos sobre o significado o trecho a seguir (pp. 5-6) é merecedor de aplausos pelo alto grau de sinteticidade alcançado, para o leigo é altamente desconcertante, em virtude de colocar, já nas duas primeiras páginas do primeiro capítulo, uma informação por ele não decodificável, exatamente porque pressupõe o conhecimento daqueles diferentes posicionamentos:

As posições sobre o que é significação são inúmeras e extremamente matizadas e vão desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as coisas existem objetivamente, até formas de relativismo extremado, segundo as quais é a estrutura da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo; desde a crença de

que a significação de uma expressão fica cabalmente caracterizada pela tradução em outra expressão, até a crença de que qualquer tradução é impossível e para compreender a significação de uma palavra ou frase se exige a participação direta em atividades de um determinado tipo.

Há ainda passagens vagas, como a afirmação da p. 14 de que o fato de a análise de Port-Royal para a relação sujeito-predicado ser satisfatória na sistematização de certos raciocínios, como os expressos nos argumentos silogísticos, "explica por que ela [a análise de Port-Royal] conseguiu sustentar-se por tanto tempo e gerar como subprodutos uma série de conceitos de que as gramáticas escolares continuam a valer-se." O leitor não especialista realmente se indaga: Que conceitos? Por que explica?

Por fim, em outros trechos, o iniciante não consegue perceber a continuidade do texto. É o que acontece na p. 13 onde não fica clara nem a ligação que os autores procuram estabelecer entre a relação sujeito/predicado e a noção de inclusão de classe nem o porquê dessa ligação. Na verdade, uma explicação mais didática para essa ligação o leitor só vai encontrar no capítulo seguinte (p. 29), em que se diz explicitamente que nas orações com verbo de ligação o verbo expressa uma inclusão de classes. Mas faltou dizer que a noção de inclusão de classe não é mais do que uma tentativa de nossa época de explicar o enfoque de Port-Royal sobre o papel do verbo de ligação.

Quanto à bibliografia, é de se perguntar qual a razão que levou a incluir o velho Lyons

(1968) — traduzido para o português em 1979 — e a excluir as obras mais recentes desse autor totalmente dedicadas à semântica, como seu livro de referência em dois volumes, *Semantics* (Cambridge University Press, 1977), e seu livro de divulgação, *Language, Meaning & Context* (Londres, Fontana, 1981).

Quanto à terminologia, torna-se evidente a necessidade, no Brasil, de um consenso entre os estudiosos acerca do uso de termos técnicos. Na obra, ao termo *meaning* correspondem os termos significação (pp. 5, 6, 7, 41, 43, 64, etc.), significado (p. 42), sentido (pp. 58, 76, 85, etc.) e conteúdo (pp. 33, 35, 61, 62) e ao termo *sense* correspondem os termos sentido (pp. 44 l. 4, 46, 47, 51, 54, 59, 75) e significação (p. 5). Por que não traduzir consistentemente *meaning* por *significado* e *sense* por *sentido*, evitando a flutuação terminológica que pode gerar má compreensão do texto? Por exemplo, dada a distinção entre *meaning* (significado) e *sense* (sentido), o uso indistinto das expressões "identidade de significação" (p. 43) e "identidade de sentido" (p. 44) com referência à sinonímia é um fator complicador na leitura.

Finalmente, cabem algumas observações de detalhe. Na p. 9, deveria ser dito que a definição em questão para a noção de sujeito não é universal: não é em toda língua que o sujeito precede o verbo (há línguas VSO). Na p. 86, em vez de se falar em *duplicidade* de sentido para definir ambigüidade, deveria-se falar em *multiplicidade* de sentidos. Na p. 87, a definição de dêixis como "processo pelo qual se determina o referente [grifo meu] de uma expressão a partir de elementos da situação extralingüística em que a expressão é atualizada." deveria ser alterada, pois essa definição se aplica à

identificação de qualquer referente, mesmo de palavras não dêiticas. A questão é que não se pode definir dêixis sem se falar em significado. Como haviam mostrado os autores na p. 67, o fenômeno da dêixis tem a ver com um certo tipo de significado. Diríamos, por exemplo, que os dêiticos são palavras cujo sentido (i.e., cujo significado literal) contém variáveis livres a serem preenchidas numa dada situação espaço-temporal. Isto é, são palavras cuja interpretação semântica (e não cujo referente) depende de quem as usa e onde e quando as usa no sentido de que essas informações é que, numa dada situação de comunicação, preencherão as variáveis livres da definição semântica em questão. Na p. 89, a definição de leitura deveria ser somente "cada uma das interpretações de uma oração", excluindo-se "que apresenta *ambigüidade*", para que se justifique o uso do termo relativamente a frases sem ambigüidade, como quando se diz: Essa frase só tem uma leitura.

Em resumo, o livro de Ilari & Geraldini é, não uma introdução à semântica, mas uma excelente síntese acerca da situação atual da semântica. Obra abrangente, contemporânea e extremamente lúcida, não pode faltar na biblioteca dos estudiosos de língua.

NOTAS

1. A respeito da caracterização dessas estruturas como universais e do relacionamento desse tipo de universal com os universais postulados pela teoria chomskiana, assim como para uma crítica a esse tipo de análise, V. Lobato, L.M.P. (1986). *Sintaxe Gerativa do Português: da teoria padrão à teoria da regência e liga-*

ção. Belo Horizonte, Vigília, Exercícios 5 e 6 do § 2.3) e Lobato, L.M.P. (a sair. *Sintaxe Gerativa do Português. Manual do Professor*. Belo Horizonte. Vigília, solução dos mesmos exercícios).

2. Soares Barbosa, Jeronymo. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. 5. ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871, p. 255.

Em Arnauld & Lancelot (*Grammaire Générale et Raisonnée* Paris, Delalain, 1830, pp. 23-4), temos:

Le jugement que nous faisons des choses comme quand je dis, *la terre est ronde*, s'appelle PROPOSITION; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes; l'un appelé *sujet*, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l'autre appelé *attribut*, qui est ce qu'on affirme, comme *ronde*; et de plus la liaison entre ces deux termes, *est*.